
Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina

Paulo Sérgio Almeida dos Santos¹

Débora Gomes Machado²

Jorge Eduardo Scarpin³

•Artigo recebido em: 08/09/2011•Artigo aceito em: 28/01/2013

Resumo

Os fatores impulsionadores desta pesquisa estão ligados ao objeto de gerenciamento de resultados, às condições que lhe dão origem e ao modelo de teste empírico para sua mensuração no âmbito do setor público municipal. Desse modo, o objetivo central deste estudo se constitui em identificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário. A pesquisa se desenvolveu pelo raciocínio dedutivo, caracterizou-se como pesquisa descritiva, documental e quantitativa e utilizou a aplicação de dois modelos de regressão múltipla adaptada de Rodrigues (2007). O período de estudo corresponde aos exercícios de 2005 a 2008 e a população de estudo está representada pelas entidades públicas brasileiras instaladas no Estado de Santa Catarina, e a amostra abrangeu 277 municípios. Os achados da pesquisa apontam que os municípios catarinenses se utilizam da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados contábeis com o objetivo de auferir o equilíbrio orçamentário.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados; Setor Público. Governos Municipais.

¹Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 203- Bairro Victor Konder, Caixa Postal 1507 – CEP 89012-900 – Blumenau /SC - Fone: (47) 3321 0565 - *E-mail:* paulosergio@al.furb.br

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 203- Bairro Victor Konder, Caixa Postal 1507 – CEP 89012-900 – Blumenau – SC - Fone: (47) 3321 0565 - *E-mail:* debora_furg@yahoo.com.br

³Doutor em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP - Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202 – Bairro Victor Konder - CEP: 89012-900 Blumenau – SC Brasil - *E-mail:* jscarpin@gmail.com

Earnings Management in the Public Sector: Analysis Through the Budget Accounts, Other Income and Current Expenses in the Municipalities of Santa Catarina

Abstract

The factors that promote this research are linked to the object of earnings management, the conditions that give rise to the model and empirical test for determination under the municipal public sector. Thus the main objective of this paper is to identify the municipalities of Santa Catarina manage your results by using other revenues and expenditures to obtain a balanced budget. The research was developed by deductive reasoning, characterized as descriptive, document and quantitative research and used the application of two multiple regression models adapted from Rodrigues (2007). The study period corresponds to the years 2005 to 2008 and the study population is represented by the Brazilian public entities established in the State of Santa Catarina, and the sample covered 277 municipalities. The research findings show that the municipalities of Santa Catarina is using the account of other revenue streams and other running costs to manage their accounting results with the aim of obtaining a balanced budget.

Keywords: Earnings management; Public Sector; Municipal Governments.

1. Introdução

O serviço público possui uma gestão complexa, como todas as organizações, abrangendo vários fatores que necessitam de gerenciamento e esforços para alcance de metas e objetivos, mas a diferença fundamental pode estar no objetivo final de uma e outra organização. Para Pinney (1966, p. 531), “a eficiência de uma unidade administrativa governamental é um problema de aferição social – um

complexo de muitos fatores. É uma mistura de critérios objetivos e subjetivos”. Sendo assim, a medida de eficiência pode ser entendida como o diferencial entre o setor público e o privado.

Conforme Giacomoni (2003, p. 23), “uma das características mais marcantes da economia do século XX é o crescente aumento das despesas públicas”. O autor acrescenta que no Brasil esse fato se confirma a partir do término da Segunda Guerra Mundial. É preciso levar em consideração o crescimento da população *per capita* para que não haja uma interpretação estanque dessa afirmação. A complexidade que a urbanização trouxe à vida moderna, a necessidade de segurança, o crescimento das funções administrativas, dentre outras causas, acabaram por refletir em indispensáveis melhorias nos serviços públicos, ocasionando maiores custos aos serviços públicos.

Appleby (1966, p. 537) já destacava em sua época que “um dos direitos da cidadania americana mais frequentemente exercidos é o de criticar a ineficiência do governo, mas é difícil encontrar muitas referências à falta de eficiência governamental que reflitam uma autêntica judiciosidade”. Subentende-se da exposição do autor que, embora haja a crítica acerca da ineficiência governamental, não há provas para justificar esta ineficiência. Acrescenta-se que esse fato não é característica só da ação do governo norte-americano, mas brasileiro também.

Nesse contexto, surge o gerenciamento de resultados na área pública, no âmbito dos critérios objetivos e subjetivos para mensuração da eficiência citados por Pinney (1966), do crescimento da despesa pública sustentado por Giacomoni (2003), da possível existência da ineficiência governamental, exposta por Appleby (1966), e da relação de agência advinda dos contratos entre principal e agente, que são definidos pela teoria da agência, formalizada por Jensen e Meckling (1976). No caso do setor público, o agente pode ser entendido como o gestor máximo do patrimônio público, em cada esfera, seja municipal, estadual ou federal, já que o papel do principal pode ser exercido pela sociedade de forma ampla, pois os conflitos de interesse estão nesse ínterim entre gestor público e sociedade.

Eisenhardt (1989) esclarece que os problemas contratuais podem ser causados, dentre outros fatores, pela assimetria informacional existente entre principal e agente. A autora expõe que um dos incentivos para a prática do gerenciamento de resultados advém do comportamento oportunístico do gestor, pelo fato de possuir informações privilegiadas, em razão dos conflitos de interesses, que são existentes em todas as atividades de cooperação entre indivíduos.

Um artefato administrativo que contribui para a gestão e transparência dos gastos públicos é o orçamento público. Para Giacomoni (2003, p. 64), o mesmo “representou uma importante conquista como instrumento disciplinador das finanças públicas, sua função principal foi a de possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre os executivos”. Para a adequada elaboração do orçamento, é indispensável seguir determinados princípios orçamentários. Neste estudo, optou-se por destacar o princípio do equilíbrio.

Conforme Nascimento (2006, p. 65), o princípio do equilíbrio é clássico nas finanças públicas, pois “postula a necessidade do equilíbrio entre receita e despesa”. O autor acrescenta que a Constituição Federal brasileira de 1988 tangeu a aplicação desse princípio às operações correntes, vedando a realização de operações de crédito que ultrapassem o montante das despesas de capital. Nascimento (2006, p. 65) exemplifica que, dessa forma, “se para cada despesa proposta pelo Executivo existem recursos necessários correspondentes, ao se anular uma despesa os recursos ficarão liberados, podendo ser utilizados em outra finalidade, sem afetar o equilíbrio financeiro”.

Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: *Os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário?* O objetivo central deste estudo é identificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário.

Nesse contexto, a motivação para se buscar o gerenciamento de resultados no setor público é em razão da necessidade do gestor

em manter suas contas públicas equilibradas. Para tanto, usa-se como suporte a essa motivação o princípio orçamentário do equilíbrio, que, conforme Giacomoni (2003, p. 84), “de todos os princípios clássicos, esse é o que tem merecido maior atenção, fora do âmbito específico do orçamento, perpassando de perto outras áreas econômicas, como finanças públicas, política fiscal, desenvolvimento econômico etc.”

Nessa perspectiva, Waldo (1966) acrescenta que todo controle financeiro deve ser efetuado por meio da Contabilidade, bem como de outros modos, objetivando assegurar que os gastos públicos estão sendo efetuados de acordo com o planejado em orçamento. Isso vem ao encontro do preconizado pela Lei 4.320/64, “Art. 59 – O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.” A partir desse princípio, entende-se que o gestor público não poderá efetuar um gasto sem que tenha uma receita em contrapartida, justificando-se a hipótese do equilíbrio orçamentário, elencado no princípio supracitado.

A Lei nº 4.320/64 foi a primeira norma a esclarecer que, dentro dos objetivos da gestão pública, a entidade pública deve “manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada”. Nesse sentido, em 2000, foram estatuídas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, bem como de outras providências por meio da Lei nº 101, ou Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em seu primeiro artigo, destaca que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas”.

Após o estabelecimento da LRF, as atribuições de algumas leis, por exemplo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tornou-se mais abrangente, passando a dispor principalmente sobre o equilíbrio entre receitas e despesas (AZEVEDO, 2006). Assim, com intui-

to de auferir o equilíbrio orçamentário, imposto pelas regras fiscais, nesse caso a LRF, os gestores públicos municipais brasileiros podem utilizar a contabilidade criativa para o alcance deste resultado.

Desse modo, este estudo contribui para elevar a gama de pesquisas voltadas para a contabilidade criativa no setor público, visto que o assunto é de suma importância, pois se têm em questão os recursos públicos, os quais, quando bem administrados, podem render bons níveis de bem-estar para a população, caso contrário, passa ser um problema preocupante para todos.

Além desta introdução, o estudo está dividido em mais três partes. Na seção 2, revisão da literatura, discute-se o gerenciamento de resultados e os serviços públicos. Os procedimentos metodológicos são discutidos na seção 3. A análise e interpretação dos resultados são apresentadas na seção 4, e a seção 5 traz, em linhas gerais, as considerações finais do estudo.

2. Revisão da Literatura

A literatura de suporte ao estudo buscou abranger o entendimento conceitual de gerenciamento de resultados. Quanto ao setor público, buscou-se explorar: conceito, gestão, orçamento, princípio orçamentário do equilíbrio e outras despesas e receitas correntes.

2.1. Gerenciamento de Resultados

Os pesquisadores, nacionais e internacionais, dessa temática têm utilizado o conceito de Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999) para esclarecer gerenciamento de resultados. Conforme Schipper (1989), o gerenciamento de resultados pode ser entendido como uma intervenção proposital no processo de comunicação externa financeira, com a intenção de obter algum benefício privado que pode ocorrer em qualquer etapa do processo de divulgação externa.

Para Healy e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam julgamento em relatórios fi-

nanceiros e na estruturação de operações para modificar os relatórios financeiros, quando querem enganar alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico da empresa, ou ainda, para influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados.

Dessa forma, esse gerenciamento pode estar associado à ideia de manipulação dos resultados, ou seja, escolhas contábeis, que, de forma intencional, são feitas pelos gestores, com reflexo em benefícios particulares. O interesse em gerenciar os resultados pode estar relacionado, de acordo com Healy e Wahlen (1999), aos mercados de capitais, às relações contratuais ou às regulamentações.

Quanto ao mercado de capitais, Healy e Wahlen (1999) sustentam que o uso generalizado das informações contábeis por investidores e analistas financeiros na avaliação das ações pode criar um incentivo para os gestores manipularem os resultados em uma tentativa de influenciar o desempenho de curto prazo das ações.

Quanto às motivações contratuais, um dos incentivos para a prática de gerenciamento de resultados advém dos contratos entre principal e agente, que são definidos pela teoria da agência, formalizada por Jensen e Meckling (1976), que expõem o comportamento oportunístico do gestor, pelo fato de possuir informações privilegiadas se comparado aos *stakeholders*, em razão dos conflitos de interesses, que são existentes em todas as atividades de cooperação entre indivíduos.

Para Healy e Wahlen (1999), as informações contábeis são utilizadas para ajudar a monitorar e regular os contratos entre a empresa e os seus *stakeholders*, e os contratos de remuneração de gestores são utilizados para alinhar os incentivos de gestores e *stakeholders*. Shleifer e Vishny (1997) apresentam os contratos de incentivos, como uma ferramenta para redução dos conflitos. Esses contratos de incentivos levam ao planejamento da remuneração do agente, e é uma das ramificações estudadas no contexto do gerenciamento de resultados.

Outros contratos também se inserem nessas motivações contratuais, como o contrato com fornecedores de capital e de bens e serviços. Schipper (1989) delinea o contexto no qual se estabelecem os incentivos para a prática do gerenciamento de resultados e defende que há práticas oportunistas envolvendo os contratos que são predefinidos. Expõe que a pressão econômica e institucional, ao longo do tempo, pode trazer a necessidade de alterações nos referidos contratos. Também completa que em ambiente de informação e comunicação questões de gerenciamento de resultados não surgiriam.

Quanto aos incentivos regulatórios, Healy e Wahlen (1999) comentam que pode ser de interesse para os organismos de regulação, por duas razões. Primeiro, gerenciamento de lucros, por qualquer motivo, pode potencialmente levar a induzir a erros nas demonstrações financeiras e afetam a alocação de recursos. Em segundo lugar, relatórios financeiros são usados para a comunicação de informação de gestão não apenas para os investidores em ações, mas também para os investidores da dívida e de representantes de investidores em conselhos de administração. O autor acrescenta que surgiram diversos estudos para testar se os incentivos criados pela concessão de empréstimos e contratos de compensação podem explicar o gerenciamento de resultados. Os estudos revisam evidências sobre a associação entre os incentivos de contratação e mudanças voluntárias nos métodos de contabilidade, estimativas, ou acréscimos.

Pesquisas anteriores sobre gerenciamento de resultados, por meio de escolhas contábeis ou atividades operacionais, têm sido desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, no âmbito do setor privado.

Martinez (2001) buscou demonstrar, em pesquisa com as companhias abertas brasileiras, que as empresas gerenciam os seus resultados contábeis como resposta a estímulos do mercado de capitais.

Matos e Sancovschi (2005) realizaram estudo de caso na empresa de tecnologia Lucent, revisando concisamente a literatura sobre o gerenciamento de lucros, mostrando os incentivos e a mecânica, usados pelos gerentes da empresa para manipular os lucros.

Cardoso e Martinez (2006) investigaram, numa amostra de 315 empresas brasileiras, não financeiras nem seguradoras, com ações negociadas na Bolsa de Valores mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), se as empresas que manipulam a informação contábil por meio de acumulações discricionárias adotam também decisões operacionais com o intuito de alterar os números contábeis.

Paulo (2007) verificou a validade teórica e empírica dos modelos operacionais para mensurar as *accruals* discricionárias utilizadas na detecção de gerenciamento de resultados contábeis.

Baptista (2008) buscou delinear o perfil das empresas brasileiras com maior propensão ao gerenciamento de resultados, investigando o padrão de *accruals* discricionárias que representam os incentivos à prática de gerenciamento.

Klann (2011) verificou a influência do processo de convergência às normas contábeis internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB) no nível de gerenciamento de resultados de 170 empresas brasileiras e 721 inglesas.

Machado, Benetti e Bezerra (2011), como forma de contribuir com pesquisadores da temática de gerenciamento de resultados, caracterizaram a produção científica sobre *earnings management* em periódicos brasileiros e internacionais de Contabilidade.

Martinez (2011) examinou empiricamente como a listagem em segmentos especiais de governança corporativa, o tipo de auditoria e o parecer dos auditores, estão associados com a propensão ao gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais.

2.2 Serviço público

Serviço público, para Andrade (2002), pode ser entendido como “o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou postos à disposição da coletividade (população), visando abranger e proporcionar maior grau de bem-estar social (lucro social) ou da prosperidade pública nas áreas da saúde, saneamento, educação, distribuição de rendas, etc.” Esse serviço pode ser prestado de forma direta ou indireta, por concessão ou permissão.

A gestão do patrimônio público, conforme Andrade (2002, p. 23), não visa ao lucro financeiro, mas o denominado “lucro social”; assim, se faz necessário “incentivar a elaboração de mecanismos capazes de realizar controles internos, capazes de dar confiabilidade indiscutível aos demonstrativos legais, a fim de satisfazer às necessidades de informações corretas e tempestivas perante a administração pública”.

De acordo com Tead (1966, p. 33), “administração é o esforço compreensivo para dirigir, guiar, e integrar, esforços humanos associados focalizados na direção de certos fins ou alvos específicos”. Esse conceito pode ser estendido ao setor público, onde os fins ou alvos específicos estão destinados à proteção do bem público. Ainda para o autor, “administração se concebe como as atividades necessárias daqueles indivíduos (executivos) dentro duma organização que estão encarregados de regular, fomentar e facilitar os esforços associados de um grupo de indivíduos reunidos para realizar certos objetivos definidos”. Conforme Andrade (2002), cabe aos responsáveis pelo planejamento dos recursos públicos estudar e mensurar a realidade de cada órgão ou departamento para montar o planejamento a ser seguido.

A gestão da coisa pública, segundo Slomski (2005), é impactada pelas externalidades, pela incompletude dos contratos e pelo risco moral sofridos pelo Estado. As externalidades são representadas pelas ações de uns que afetam outros, e, conforme o autor, refletir sobre as externalidades na administração pública é essencial para a geração de políticas públicas capazes de capitalizar externalidades positivas. Quanto aos contratos incompletos, Slomski (2005, p. 41) explica que estes

são originados da deficiência ou impossibilidade de se prever todas as contingências possíveis de ocorrer ao longo da sua execução. Por fim, o risco moral “acontece, também nas entidades públicas, pois alguns membros da sociedade procuram maximizar sua própria utilidade, mesmo que em detrimento da função utilidade de terceiros”.

No âmbito da gestão pública e do planejamento, tem-se o orçamento público, que teve suas normas estatuídas pela Lei 4.320/64. Esta lei estatuiu as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Assim, a mesma deve ser observada quando da elaboração do balanço e orçamento público.

O orçamento é caracterizado por Nascimento (2006, p. 67) “como um instrumento de autorização de despesas a entidades assinaladas na peça legal, em que estão relacionados os elementos de despesas (pessoal, material, equipamentos, etc.) e as respectivas fontes de receita”. Dessa forma, cabendo ao gestor o seu uso como ferramenta de apoio à gestão.

Nascimento (2006, p. 57) destaca que “a melhor forma de obter a transparência do orçamento público e facilitar o seu controle e avaliação é buscar a elaboração da peça legal, seguindo e obedecendo aos princípios clássicos do orçamento”. O autor acrescenta que os princípios orçamentários se subdividem em fundamentais e operacionais. Conforme o autor, dentre os fundamentais, tem-se o da legalidade, o da reserva legal, o da anualidade, o da exclusividade, o da unidade e o da universalidade. Por outro lado, os operacionais dividem-se em: equilíbrio orçamentário, publicidade, especificação, não vinculação da receita e princípio do orçamento bruto.

Optou-se, atendendo aos objetivos deste estudo, por abordar apenas o princípio do equilíbrio financeiro. Nascimento (2006) salienta que o fundamento desse princípio é manter o equilíbrio entre as despesas e as receitas, evitando o financiamento de despesas correntes por meio de endividamento. Conforme o autor, esse princípio possui amparo pela Lei 4.320/64, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela própria Constituição Federal. O autor acrescenta que esses dispositivos constituem-

se na “regra de ouro” das finanças públicas, de forma a impedir que operações de crédito financiem despesas correntes.

Sobre a despesa pública, que representa o foco central do orçamento público, Saldanha (2006, p. 88) expõe que “a utilização efetiva dos recursos caracteriza a despesa realizada. Suas aplicações correspondem à despesa fixada no orçamento e autorizada para despender-las”. Já nas despesas correntes, estão incluídas as despesas de custeio e as transferências correntes. Segundo Saldanha (2006, p. 91), as despesas de custeio são dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, e as transferências correntes “são dotações para despesas, às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas à manutenção de outras entidades de direito público ou privado”.

Kohama (2003, p. 82) define receita pública como sendo “todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores”. Já as receitas correntes representam, conforme Saldanha (2006, p. 84), “receitas tributária, patrimonial, industrial, transferências correntes e receitas diversas”.

Conforme o disposto na Figura 1, e de acordo com o embasamento legal exposto, é possível destacar que as outras despesas e receitas correntes estão contidas no balanço orçamentário, que, segundo Slomski (2001, p. 150), “demonstra as receitas orçamentárias previstas, suas execuções e suas diferenças, bem como as despesas fixadas, suas execuções e suas diferenças”.

2.3 estudos Empíricos Anteriores sobre a Contabilidade Criativa no Setor Público

Dalmonech *et al.* (2006) centraram-se em verificar se há ocorrência de contabilidade criativa na divulgação das informações contábeis nas prestações de contas de parte do agente (governo) para o principal (contribuinte) nos relatórios do Governo do Estado do Espírito Santo e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. As informações foram obtidas das publicações de gastos com a educação nos anos de 2004, 2005 e

2006. Os resultados encontrados demonstram uma prática de gerenciamento de resultado por parte dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, reduzindo o percentual fixo estabelecido pela Constituição Federal para aplicação em saúde e educação. Assim, outros estudos se fazem necessários para testar se teorias que possuem aderência na área privada também o têm na área pública.

Santos Filho, Dias filho e Fernandes (2009) buscaram verificar evidências de manipulações oportunísticas (gerenciamento de passivos) no último ano do mandato do chefe do Poder Executivo estadual. Os resultados apontam para a existência de comportamento estatisticamente significativo para a redução dos valores de Restos a Pagar no último ano do mandato e aumento dos valores de Despesas de Exercícios Anteriores nos exercícios após o pleito, embora não se tenha conseguido mostrar estatisticamente o efeito do fator mudança de grupo político do poder.

Stalebrink (2007) verificou se os municípios suecos faziam o uso da contabilidade criativa relativa ao critério de medição associados com amortizações e depreciações no intuito de apresentarem bom desempenho financeiro. O autor concluiu que alguns municípios aumentam as despesas de depreciação e amortização quando tendem a apresentar *superávits* financeiros, e as diminuem quando tendem a apresentar déficits financeiros.

Benito, Montesinos e Bastida (2008) analisaram algumas propostas de financiamento público-privadas firmadas pelo governo espanhol. Os resultados apontam que todos os novos métodos de financiamento avaliado incorretamente são nomeados como “privado”, para os pagamentos estabelecidos pelo governo, por meio de seus recursos orçamentários. Um adiamento da contabilidade orçamentaria e reconhecimento dessas operações, juntamente com a divulgação de falsas demonstrações financeiras da dívida relacionada com os alguns projetos, são as consequências principais do relatório dos novos métodos de financiamento. Desse modo, os autores mencionam que tal procedimento é um exemplo claro de “contabilidade criativa” com o objetivo de satisfazer os critérios de convergência impostos pela União Europeia.

Milesi-Ferretti e Moriyama (2006) examinaram se o grau de reduções da dívida pública dos países da União Europeia tem sido acompanhado por acumulações dos ativos do governo. Os autores encontram uma forte correlação entre as mudanças nos passivos e ativos dos governos, sendo que os países com níveis mais elevados de dívida possuem declínios maiores em seus ativos.

Milesi-Ferretti (2003) estudou os efeitos das regras fiscais sobre o orçamento quando o governo tem um margem de “contabilidade criativa”. Além do *trade-off* entre viés *deficitário* e margem de estabilização conjuntural, sublinhou-se a existência de um segundo *trade-off* entre a receita orçamentária e o ajuste fiscal, relacionando-a com o grau de transparência do orçamento.

Hagen e Wolff (2004) buscaram fornecer a evidência empírica da contabilidade criativa na União Europeia por meio do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC). Os resultados encontrados apontam que as regras do PEC têm induzido os governos a usar ajustes como forma de contabilidade criativa, para esconder os seus *déficits*. Esta tendência para substituir dívida-fluxo ajustes para o orçamento *déficits* é especialmente forte para a componente cíclica do *déficit*, como em tempos de recessão o custo de reduzir o *déficit* é particularmente grande.

3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos que direcionam a pesquisa no campo metodológico iniciam pela classificação do estudo. Quanto aos objetivos, esta pesquisa se enquadra na tipologia descritiva. Segundo Vergara (2000, p. 47), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também expor correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Assim, este estudo busca descrever o comportamento das outras despesas e receitas correntes no âmbito do gerenciamento de resultados.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é do tipo documental. Para Fachin (2003, p. 136), “a pesquisa documental corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e identificação”. O documento objeto de estudo neste trabalho corresponde ao Balanço Orçamentário, disponibilizado no relatório Finanças do Brasil (FINBRA), dados contábeis dos municípios, hospedado no sítio do Tesouro Nacional (2010).

Por fim, a classificação quanto à abordagem do problema se enquadra como pesquisa quantitativa, pois o interesse do investigador é conhecer características gerais de uma população, a partir do exame da amostra com o fim de estabelecer relações causais entre duas ou mais variáveis. Martins e Theóphilo (2007) explicam que na pesquisa quantitativa a análise e interpretação dos resultados se orientam por meio do entendimento e conceituação de técnicas e métodos estatísticos. Neste estudo foi utilizada a regressão multivariada.

O período abrangido pela pesquisa corresponde aos exercícios de 2005 a 2008, ou seja, quatro anos. A população de estudo nesta pesquisa está representada pelas entidades públicas brasileiras instaladas no Estado de Santa Catarina, e a amostra contava, inicialmente, com 293 municípios, sendo que foram excluídos aqueles que não possuíam as informações completas referentes a todo o período do trabalho, restando 277 municípios.

A coleta de dados se realizou por análise de conteúdo para localizar as outras despesas e receitas correntes de 2005 a 2008, nos relatórios supracitados. Para Bardin (2004), esse procedimento é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, podendo se valer da descrição analítica, que funciona segundo os procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens.

O modelo proposto neste estudo deriva de uma adaptação a partir de Rodrigues (2007), cujo estudo teve como objetivo analisar o início de gerenciamento de resultados contábeis por meio das con-

tas de outras receitas e outras despesas, no âmbito das empresas brasileiras classificadas como “Nível 1” de governança corporativa pela BM&FBOVESPA. Os dados trabalhados em sua pesquisa foram extraídos da Economática. Tais dados eram compostos por informações contábeis trimestrais de 25 empresas, durante o período de 2000 a 2004 (20 trimestres), perfazendo 500 empresas-trimestres. Os achados encontrados sinalizaram que as empresas investigadas gerenciaram os seus resultados por meio das contas contábeis “outras receitas” e “outras despesas” no período examinado.

Nesse contexto, por meio do Quadro 1, é apresentado o modelo de Rodrigues (2007), bem como o modelo adaptado por esse autor para se investigar os indícios de gerenciamento de resultados nos municípios locais catarinenses.

Quadro 1 - Paralelo dos modelos de gerenciamento de resultados

Painela A – Modelos de Rodrigues (2007)

Painela A – Modelos de Rodrigues (2007)	
	$RecN\grave{a}oOper = \alpha_0 + \alpha_1 VLL + \alpha_2 Exig + \alpha_3 Perm. + \varepsilon_1$ $DespN\grave{a}oOper = \beta_0 + \beta_1 VLL + \beta_2 Exig + \beta_3 Perm. + \varepsilon_2$
Onde:	
RecN\grave{a}oOper = outras receitas	
DespN\grave{a}oOper = outras despesas	
VLL = variação do lucro líquido	
Exi = passivo circulante + passivo não circulante	
Perm = imobilizado	
$\varepsilon_1 \varepsilon_2$ = erros dos modelos	
Painel B – Modelos propostos ao setor público, adaptado de Rodrigues (2007).	
	$OTREC_{it} = \alpha_1 + \alpha_{1t} + \alpha_2 VAREO_{it} + \alpha_3 PASRE\alpha_{it} + \alpha_4 IMOBI_{it} + \alpha_5 DENPO_{it} + \alpha_6 ANOEL_{it} + \varepsilon_{it}$ $OTDEC_{it} = \beta_1 + \beta_{1t} + \beta_2 VAREO_{it} + \beta_3 PASRE\alpha_{it} + \beta_4 IMOBI_{it} + \beta_5 DENPO_{it} + \beta_6 ANOEL_{it} + \varepsilon_{it}$
Onde:	
OTREC = outras receitas correntes do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008)	
OTDEC = outras despesas correntes do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008)	
VAREO = variação do resultado orçamentário do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008)	
PASRE = passivo financeiro + passivo não financeiro do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008)	
IMOB = imobilizado do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008)	
DENPO = densidade populacional do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2009)	
ANOEL = variável <i>dummy</i> referente ao ano eleitoral (2008 = “1”; 2007, 2006, 2005 = “0”)	
ε = erros dos modelos.	

Fonte: elaborada pelos autores.

No Quadro 1 (Painel B), é possível observar que foram inseridas mais duas variáveis de controle, pois considera-se que tanto a densidade populacional quanto o ano eleitoral podem ser fatores, os quais podem impactar no comportamento das outras receitas e despesas correntes dos municípios catarinenses, componentes da amostra.

3.1. Resultados Esperados e Hipóteses da Pesquisa

Após a aplicação do modelo ilustrado anteriormente no Quadro 1 (Painel A), Rodrigues (2007) discorre que para confirmar o indício de gerenciamento de resultados por meio da variação do lucro líquido, os sinais à frente do coeficiente no modelo utilizado em seu estudo deve apresentar a seguinte combinação, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Resultados esperados do modelo de Rodrigues (2007)

Combinações		Sinais	Variáveis	Resultado Final
1º	A	+	Varição do lucro líquido (VLL)	Diminui Outras receitas
	C	+	Varição do lucro líquido (VLL)	Aumenta Outras despesas
2º	B	-	Varição do lucro líquido (VLL)	Aumenta Outras receitas
	D	-	Varição do lucro líquido (VLL)	Diminui Outras despesas

Fonte: elaborado pelos autores.

Rodrigues (2007), ao explicar os prováveis resultados do modelo aplicado em seu estudo, afirma que espera-se obter, na primeira regressão, um coeficiente negativo para a VLL quando a variação do lucro líquido for positiva, pois haverá propensão para reduzir as outras receitas. Já no caso de VLL negativa, passaria a existir incentivo para incrementar as outras receitas. Quanto ao endividamento ou exigibilidade, espera-se um coeficiente de sinal positivo na primeira regressão, ou seja, quanto maior o endividamento, maior o esforço da empresa para produzir melhores resultados, mesmo de natureza não operacional.

Quanto à segunda regressão, referente às outras despesas, as expectativas devem ser exatamente o inverso do supracitado. É mister ressaltar que a variável independente permanente – Perm (imobilizado total) – nos dois modelos de regressão, em razão da maior parte de outras receitas e despesas ser proveniente das transações com ativos fixos das entidades, tende a apresentar uma relação positiva com as outras receitas e despesas (RODRIGUES, 2007).

Diante do exposto, para se afirmar que haja o gerenciamento de resultados das contas contábeis por meio da variação do resultado orçamentário no intuito de atingir o equilíbrio pelas prefeituras componentes da amostra, são esperadas as combinações dos coeficientes após a aplicação do modelo elencado no Quadro 2 (Painel B).

Quadro 3 - Resultados esperados do modelo do estudo

Combinações		Sinais	Variáveis	Resultado Final		
1º	A	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Diminui	Outras receitas correntes	Equilíbrio
	D	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Aumenta	Outras despesas correntes	
2º	B	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Aumenta	Outras receitas correntes	Equilíbrio
	C	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Diminui	Outras despesas correntes	

Fonte: elaborada pelos autores.

Neste estudo, para que seja corroborada a ideia de que haja índices de gerenciamento de resultados nas contas contábeis dos municípios catarinenses com intuito de mantê-las equilibradas, espera-se que ocorra a combinação dos coeficientes, conforme é demonstrado no Quadro 3. Ao fazer o gerenciamento de resultados contábeis com objetivo de diminuir as receitas, o mesmo tem que ocorrer com as despesas, isto é, as gerenciam com o objetivo de diminuí-las. Assim, as entidades mensuram o equilíbrio de suas respectivas contas, segundo os sinais a

frente da variável VAREO nas letras A e D (equilíbrio). O mesmo se espera que isso ocorra, caso os resultados apontem para a combinação das letras B e C (equilíbrio).

Diante do exposto, foram elaboradas as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: *os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas correntes para auferir equilíbrio orçamentário.*

H₂: *os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras despesas correntes para auferir o equilíbrio orçamentário.*

Em suma, espera-se que o coeficiente frente à variação do resultado orçamentário tenha o mesmo comportamento, quer no modelo de outras receitas correntes quer no modelo de outras despesas correntes. Em outras palavras, uma variação positiva no resultado orçamentário contribui para aumentar as outras receitas e despesas correntes. Ao contrário, uma variação negativa no mesmo contribui para diminuir tanto as outras receitas correntes quanto as outras despesas correntes.

3.4 Limitações

Destaca-se, como limitações deste estudo, primeiro, a amostra utilizada, no caso, os municípios catarinenses, portanto, generalizações para os municípios dos demais estados brasileiros não são possíveis. Segundo, o período avaliado, no caso quatro anos (2005, 2006, 2007 e 2008), assim, é preciso destacar as restrições deste estudo referente à interpretação dos resultados e possíveis generalizações. Por fim, o modelo econométrico utilizado, visto que o objetivo da pesquisa é apenas verificar a relação das variáveis examinadas, portanto, generalizações com modelos consagrados na literatura sobre gerenciamento de resultados não são possíveis.

4. Análise dos Resultados

No intuito de verificar indícios de gerenciamento de resultados nos municípios catarinenses, por meio das contas contábeis, outras receitas e despesas correntes para o equilíbrio de seus respectivos orçamentos, ilustramos, inicialmente, as estatísticas descritivas das variáveis na Tabela 1 (Painel A). Nesta, é possível observar que na média os municípios componentes da amostra apresentaram resultados orçamentários superavitários, na ordem de mais de 200 mil reais. Entretanto, apontam-se alguns resultados deficitários, dentre estes, um no valor de mais 33 milhões de reais. Percebe-se, também, que o valor das outras despesas correntes em média é maior do que o das outras receitas correntes, indicando que parte dos municípios tiveram resultados orçamentários negativos, como já observado antes. As obrigações de curto e longo prazo das entidades em média foram mais de 10 milhões de reais, sendo o valor máximo em mais de 1 bilhão de reais. O imobilizado foi evidenciado no valor de mais de 12 milhões de reais; todavia, muitas entidades possuem imobilizado superior à média estadual em 300%, conforme se pode visualizar pelo do desvio padrão. A média populacional dos municípios catarinense é próxima de 21 mil habitantes. Todavia, o desvio padrão aponta que a maioria dos municípios de Santa Catarina possui população acima de 50 mil habitantes.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas e Matriz de correlação (n = 277)

	VAREO	OTREC	OTDEC	PASRE	IMOB	DENPO	ANOEL
Painel A – Estatísticas descritivas							
Média	265.235	1.272.746	10.136.961	10.433.907	12.385.139	20.705	-
Desv. Pad.	3.527.643	5.169.001	28.135.822	69.819.659	40.918.853	50.475	-
Mínimo	(33.391.995)	737	9.328	-	-	1.465	-
Máximo	62.676.997	70.850.640	328.086.748	1.291.028.396	771.380.126	515.250	-
Painel B – Matriz de correlação*							
	A	B	C	D	E	F	G
VAREO (A)	1	,206**	,236**	,158**	,178**	,276**	-,087**
OTREC (B)		1	,910**	,761**	,651**	,924**	,026
OTDEC (C)			1	,821**	,804**	,954**	,050
PASRE (D)				1	,784**	,804**	,037
IMOB (E)					1	,787**	,026
DENPO (F)						1	,000
ANOEL (G)							1

*Pearson

**p < 1%

Legenda: VAREO (variação do resultado orçamentário); OTREC (outras receitas correntes); OTDEC (outras despesas correntes); PASRE (passivo real); IMOB (imobilizado); DENPO (densidade populacional); ANOEL (ano eleitoral)

Fonte: elaborada pelos autores.

No Painel A da Tabela 1, são demonstrados os coeficientes de correlação das variáveis da pesquisa. As correlações entre a variação do resultado orçamentário e as outras receitas e despesas correntes é positiva fraca, no entanto, indica que ambas as variáveis têm uma correlação direta. Ao visualizar a relação entre as outras receitas e despesas correntes, percebe-se que as mesmas possuem quase uma correlação positiva forte, isto é, correlacionando-se de modo direto. Esse resultado pode sugerir que nos modelos econométricos de regressão linear, elas podem estar sendo explicadas da mesma forma pela variação do resultado orçamentário. Destaca-se ainda que, de modo direto, as demais variáveis

possuem correlações positivas fracas com a variação do resultado orçamentário, com exceção da variável que representa o ano eleitoral, a qual possui uma correlação negativa fraca com a variação do resultado orçamentário, inibindo que ambas as variáveis possuem correlação inversamente proporcional. Em outro contexto, o ano eleitoral pode ser considerado um fator político-ideológico que contribui para elevar os gastos dos governos, principalmente as outras despesas correntes, aumentando conseqüentemente a probabilidade de apresentarem resultados deficitários.

Na Tabela 2 é ilustrada a estimação dos resultados para a variável, ou seja, outras receitas correntes para uma amostra de 277 municípios (1.108 casos).

Tabela 2 - Estimação dos resultados (n=277)**

Painel A – Outras Receitas Correntes				
	Coefficiente	t	Sig.	VIF
(Constant)	(-) 652.223,86	-9,468	0,000	
Varição do Resultado Orçamentário	(-) 0,075	-4,673	0,000*	1,105
Passivo Real	(+) 0,011	7,944	0,000*	3,445
Imobilizado	(-) 0,034	-14,363	0,000*	3,167
Densidade Populacional	(+) 105,035	51,195	0,000*	3,663
Ano Eleitoral	(+) 276.762,36	2,206	0,028*	1,011
R-Ajustado = 0,879;				
Estatística F = 1.609,79				
Durbin-Watson = 2,00				
*p < 5%				
** (1.108 observações)				
Painel B – Outras Despesas Correntes				
(Constant)	(-) 355.787,316	-1,803	0,072	
Varição do Resultado Orçamentário	(-) 0,164	-3,364	0,001*	1,088
Passivo Real	(+) 0,051	10,581	0,000*	3,208
Imobilizado	(+) 0,061	7,036	0,000*	3,231
Densidade Populacional	(+) 409,316	62,559	0,000*	3,578
Ano Eleitoral	(+) 1.832.623,925	5,150	0,000*	1,010
R-Ajustado = 0,949				
Estatística F = 4.123,78				
Durbin-Watson = 2,171				
*p < 5%				
** (1.108 observações)				

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota-se inicialmente que ambos os modelos são válidos, e de acordo com a estatística F, possuem poder explicativos de cerca de 88% e 95%, respectivamente, conforme o R-Ajustado (Painel A e B). Verificam-se também na Tabela 2 que todas as variáveis explicativas para ambos os modelos são significativas ao nível de significância de 5% ($p\text{-value} < 0.05$). Observando-se o comportamento dos coeficientes frente às variáveis no Painel A, verifica-se que duas delas contribuem para diminuir o valor das outras receitas correntes. Nesse caso, variação do resultado orçamentário e imobilizado. As demais variáveis apresentam coeficientes positivos, sinalizando que seus valores contribuem para aumentar o valor das outras receitas correntes. No Painel B, percebe-se que somente a variação do resultado orçamentário contribui para diminuir as outras despesas correntes, assim como para as outras receitas correntes. Constata-se, também, que todas as demais variáveis no Painel B contribuem para aumentar as outras despesas correntes.

Conforme se esperava, a variação do resultado orçamentário tem a mesma relação com as outras receitas correntes e com as outras despesas correntes, no caso, relação negativas. No estudo de Rodrigues (2007), a relação encontrada para as outras receitas e outras despesas foi respectivamente positiva e negativa. Segundo o autor esse resultado indicou que as companhias brasileiras de capital aberto manipularam os seus resultados, diminuindo as outras receitas e aumentando as outras despesas para apresentarem uma variação de lucro líquido estável ao longo do período analisado. No caso deste estudo, como é tratado o caso de órgãos públicos, os quais não visam ao lucro, e sim ao equilíbrio de suas contas, as hipóteses (H_1 e H_2) formuladas, tanto para outras receitas correntes quanto para outras despesas correntes, não podem ser rejeitadas, pois como visto neste estudo, as outras receitas e despesas correntes apresentaram a mesma propensão, isto é, diminuir a variação do resultado orçamentário. Em outras palavras, se um município i no ano t diminuir as suas outras receitas correntes, ele também tende a diminuir as suas outras despesas correntes para não apresentar *superávit*, ou caso contrário, *déficit*, mantendo assim, estável o equilíbrio de suas contas.

Referente às obrigações de curto e longo prazo (passivo real), note-se que elas possuem relação positiva com as outras receitas correntes (Painel A) e com as outras despesas correntes (Painel B). Isso supostamente pode indicar que os municípios tiveram muitos restos a pagar, principalmente de fornecedores, pessoal e encargos sociais, bem como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos ao longo do período.

Quanto ao imobilizado, percebe-se que ele tem relação negativa com as outras receitas correntes (Painel A) e relação positiva com as outras despesas correntes (Painel B). Este resultado indica possivelmente que foram aplicados recursos de outras receitas correntes na aquisição de imobilizado, apesar de que para a compra de imobilizado, tem que ser usado somente receitas de capital (ver Lei n° 4.320/64). Por sua vez, as outras despesas correntes aumentaram em razão do imobilizado, devido principalmente às despesas de exercícios anteriores, que pode ter envolvido a compra de ativos fixos, ou até mesmo a consideração de algumas outras despesas correntes como sendo bens patrimoniais, principalmente no que diz respeito ao material de consumo e distribuição gratuita, alguns destes podem ter sido alocados incorretamente como material permanente.

As variáveis de controle densidade populacional e ano eleitoral possui relação positiva com as outras receitas correntes (Painel A) e também com as outras despesas correntes (Painel B). Sinalizando que o tamanho medido pelo número de habitantes é um fator institucional para aumentar a arrecadação do município por meio de multas e juros de mora dos tributos e também aumentar a conta contábil outras despesas correntes, principalmente pelo pagamento de diárias civil e militar e compra de materiais de consumo. Já o ano eleitoral é considerado um fator político-ideológico para elevar a arrecadação, principalmente pelo fato de os governos necessitarem de recursos para financiarem suas campanhas políticas, efetuando os mesmos gastos citados basicamente.

5. Considerações Finais

O objetivo central deste estudo foi identificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário.

Para este fim, a pesquisa desenvolveu-se pelo raciocínio dedutivo, caracterizou-se como pesquisa descritiva, documental e quantitativa. O período de estudo corresponde aos exercícios de 2005 a 2008. A população de estudo está representada pelas entidades públicas brasileiras instaladas no Estado de Santa Catarina, sendo que a amostra contava, inicialmente, com 293 municípios, excluídos aqueles que não possuíam as informações completas referentes a todo o período de estudo, restando 277 municípios.

A partir da aplicação de dois modelos de regressão múltipla adaptada a partir de Rodrigues (2007), um para encontrar indícios de gerenciamento de resultados contábeis por meio da conta de outras receitas correntes e outro para a conta de outras despesas correntes, ambas de cunho orçamentário, serviram de instrumentos para o teste de duas hipóteses: H1 – os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas correntes para auferir equilíbrio orçamentário; e H2: – os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras despesas correntes para auferir o equilíbrio orçamentário.

Os achados da pesquisa apontam para a relação negativa entre a variação do resultado orçamentário e as outras receitas e despesas correntes. Este resultado sugere que os municípios catarinenses se utilizam da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados, na propensão de reduzi-las, e com isso, auferir equilíbrio orçamentário, confirmando assim as hipóteses testadas no trabalho. Estudos anteriores sobre contabilidade criativa no setor público também encontraram indícios de gerenciamento de resultados em entidades públicas, por exemplo, Milesi-Ferretti (2003), Hagen e Wolff (2004), Dalmonech *et al.* (2006), Milesi-Ferretti (2003), Moriyama e Moriyama (2006), Stalebrink (2007), Benito, Montesinos e Bastida (2008) e Santos Filho, Dias filho e Fernandes (2009).

Adicionalmente, constatou-se também que as obrigações de curto e longo prazo (passivo real) possuem relação positiva com as outras receitas e despesas correntes. E que o imobilizado possui relação negativa com as outras receitas correntes e relação positiva com as outras despesas correntes. A população é tida como fator institucional para aumentar, tanto as outras receitas correntes quanto as outras despesas correntes. E que o ano eleitoral é um fator político-ideológico para também aumentar as outras receitas e despesas correntes dos municípios examinados.

Trabalhos futuros poderão utilizar outros modelos, no intuito de verificar indícios de gerenciamento de resultados no setor público, por meio de outras contas, principalmente aquelas de caráter extraorçamentárias.

Referências

ANDRADE, N. A. *Contabilidade pública na gestão municipal*. São Paulo: Atlas, 2002.

APPLEBY, P. H. A relatividade da eficiência. In: WALDO, Dwight. *Problemas e aspectos da administração pública*. São Paulo: Pioneira, 1966.

AZEVEDO, B. M. *O processo orçamentário brasileiro pós 1994*. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Economia do setor Público) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BAPTISTA, E. M. B. *Análise do perfil das empresas brasileiras segundo o nível de gerenciamento de resultados*. 303f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BARDIN, L. 2004. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70.

BENITO, B.; MONTESINOS, V.; BASTIDA, F. An example of creative accounting in public sector: The private financing of infrastructures in Spain. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 19, p. 963-986, 2008.

BRASIL. 1964. *Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da

União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em: 17 jul. 2010.

BRASIL. 2000. *Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 17 jul. 2010.

BRASIL. 2001. *Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001*. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portarias325e519.PDF>>. Acesso em: 17 Jul. 2010.

BRASIL. 2002. *Portaria Interministerial STN nº 211, de 29 de abril de 2002*. Altera o Anexo I da Portaria nº 180, de 21/05/2001. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria211_2002ORIGINAL.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2010.

BRASIL. 2010. Secretária do Tesouro Nacional. Dados contábeis dos municípios – relatório Finanças do Brasil – FIMBRA. 2010. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 14 jul. 2010.

CARDOSO, R. L.; MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de Resultados Contábeis no Brasil mediante Decisões Operacionais. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, XXX, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD. CD-ROM.

DALMONECH *et al.* *Earnings Management e Administração Pública*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXII, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008. ANPAD. CD-ROM.

EISENHARDT, K. M. Agency Theory: an assessment and review. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 1, p. 57-74, Jan. 1989.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HAGEN, J. V.; WOLFF, G. B. What do deficits tell us about debt? Empirical evidence on creative accounting with fiscal rules in the EU. *Discussion Paper*, n. 148, 2004.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

JENSEN, M. MECKLING, W. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, p. 305-360, 1976.

KLANN, Roberto Carlos. *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. 297f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

KOHAMA, H.. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, D. G.; BENETTI, J. E.; BEZERRA, F. A. Análise da produção científica sobre *earnings management* em periódicos nacionais e internacionais de contabilidade. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, v. 4, p. 50-66, 2011.

MARTINEZ, A. L. *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias brasileiras*. 167f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP. Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, A. L. Listagem em segmentos especiais de governança corporativa e a auditoria minimizam o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais? Evidências do Brasil. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 98-117, out./dez. 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, F. F. J.; SANCOVSCHI, M. Earnings management: the case of Lucent Technologies. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 101-111, jan./abr. 2005.

MILESI-FERRETTI, G. M. M. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. *Journal of Public Economics*, n. 88, p. 377-394, 2003.

MILESI-FERRETTI, G. M.; MORIYAMA, K. *Fiscal adjustment in EU countries: a balance sheet approach*. *Journal of Banking & Finance*, n. 30, p. 3281-3298, 2006.

NASCIMENTO, E. R. *Gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PAULO, E. *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PINNEY, H. Níveis de medição de eficiência. In: WALDO, Dwight. *Problemas e aspectos da administração pública*. São Paulo: Pioneira, 1966.

RODRIGUES, A. Gerenciamento dos resultados contábeis através de receitas e despesas não operacionais: estudo empírico das companhias “nível 1” – Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 2, n. 1, 1º sem. 2007.

SALDANHA, C. *Introdução á gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHIPPER, K. Earnings Management. *Accounting Horizons*, v. 3, n. 4, p. 91-102, 1989.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. A Survey of Corporate Governance. *Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SLOMSKI, V. *Manual de contabilidade pública*. Um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2001.

SLOMSKI, V. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

STALEBRINK, O. An investigation of discretionary accruals and surplus-deficit management: evidence from swedish municipalities. *Financial Accountability & Management*, v. 23, n. 4, p. 267-4424, nov. 2007.

TEAD, O. Administração: uma das belas artes. In: WALDO, Dwight. *Problemas e aspectos da administração pública*. São Paulo: Pioneira, 1966.

VERGARA, S. C. *Projetos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

WALDO, D. *Problemas e aspectos da administração pública*. São Paulo: Pioneira, 1966.